

I Simpósio Nacional de Avaliação Científica

Recomendações às Agências de Fomento

CONSIDERAÇÃO PRELIMINAR

As palestras e as manifestações espontâneas do público presente destacaram a importância das avaliações de mérito que têm sido praticadas pelas agências de fomento e seu papel no desenvolvimento da ciência brasileira. Mas também apontaram aperfeiçoamentos nos procedimentos de avaliação que poderiam promover a qualidade de nossa ciência. Houve considerável concordância em várias sugestões de aprimoramento nas avaliações, oriundas tanto dos palestrantes quanto dos debatedores. Este relatório, feito por palestrantes convidados, debatedores presentes ao evento e membros do Comitê de Programa, tenta captar a síntese desse consenso.

I – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS A SEREM ANALISADOS.

As agências de fomento, principalmente o CNPq, recebem um número excessivo de solicitações, o que dificulta uma avaliação mais cuidadosa de todas elas. É importante reduzir esse movimento de balcão sem reduzir o acesso dos pesquisadores ao sistema de financiamento. Com esse propósito, são recomendadas as seguintes medidas:

- a) Extensão do *grant* que acompanha a Bolsa de Produtividade de Pesquisa (BPq) aos bolsistas de nível 2.
- b) Continuação do atual processo de aumento do número de BPq.
- c) Aumento da duração dos projetos de pesquisa para 3 (três) anos ou mais. Além de reduzir o movimento de balcão, essa medida é consistente com o recente aumento da duração das BPq.
- d) Adoção de projetos integrados de pesquisa associados às solicitações de BPq. Além da BPq, o solicitante poderia incluir bolsas de AT, de IC, de mestrado e de doutorado, além de itens de capital e custeio.
- e) Criação de uma linha de financiamento para equipamentos para multiusuários. Além de reduzir o movimento de balcão, esse tipo de apoio otimiza a utilização de equipamentos de maior porte e custo.
- f) Criação de uma linha de financiamento, em fluxo contínuo, para despesas emergenciais como, por exemplo, reparo de equipamentos.
- g) Desestímulo a solicitações de auxílio de pequena monta por pesquisadores consolidados, cujas gestões são muito onerosas se comparadas ao benefício concedido. Os pequenos auxílios devem ser reservados a jovens pesquisadores que ainda não tenham outras vias de acesso ao sistema de financiamento à pesquisa.

II – PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- a) Deve ser evitado o uso de diferentes instrumentos na coleta e processamento dos dados na avaliação dos pesquisadores, cursos de PG, grandes projetos etc. Sugere-se que a Plataforma Lattes seja a base de coleta de informações e que a partir da plataforma sejam estabelecidos os critérios de processamento das informações.
- b) Avaliação de boa qualidade exige grande esforço da comunidade, não só dos consultores *ad hoc* como dos comitês de julgamento das agências. Por isso, é importante que os consultores e membros de comitês sejam remunerados.
- c) Os consultores *ad hoc* para avaliação de quaisquer solicitações de auxílio devem ser escolhidos por membros dos comitês assessores.
- d) Os indicadores quantitativos de produção científica e do seu impacto são subsídios úteis nas avaliações, mas reconhecidamente insuficientes para que se julgue o mérito de um pesquisador. O mau uso dos índices quantitativos como critério de mérito científico pode direcionar de forma perversa a forma de fazer ciência. A leitura de alguns trabalhos do solicitante, apontados por ele próprio, é bem mais efetiva na avaliação do mérito e qualidade. Se o trabalho é feito em colaboração, é importante que o solicitante aponte a sua contribuição.
- e) As publicações em revistas brasileiras indexadas devem ser mais valorizadas.
- f) Nas áreas aplicadas, as apresentações em congressos devem ser mais valorizadas.
- g) Cada solicitante de auxílio deve receber uma justificativa objetiva e sucinta do resultado da avaliação, específica para cada caso, que entre outras coisas possa orientá-lo na formulação de novos pedidos de auxílio.
- h) O Qualis é útil na avaliação dos cursos de Pós-Graduação. Não deve ser abandonado nem substituído por outro indicador, mas sua importância deve ser gradualmente minimizada frente à opinião dos responsáveis pelas avaliações.
- i) O Qualis não deve ser utilizado na avaliação de pesquisadores. Seus trabalhos devem ser avaliados pelo próprio mérito, não pelos veículos em que são divulgados.
- j) As avaliações dos cursos de Pós-Graduação devem persistir na prospecção dos seus egressos e valorização do seu desempenho.

III – PROMOÇÃO DOS JOVENS E MAIS APOSTA EM QUALIDADE

As avaliações científicas no Brasil, tanto na contratação de docentes e pesquisadores quanto na concessão de auxílios, têm sido muito conservadoras, o que torna nossa ciência pouco inovadora. Recomenda-se que:

- a) Confie-se mais em pesquisadores jovens cujo potencial seja solidamente reconhecido. Temos de ser ágeis em apoiar e promover os jovens de especial talento. Muitos bolsistas de pesquisa do CNPq estão classificados em níveis inferiores ao seu mérito. Isso é especialmente grave, dada a importância que a classificação do pesquisador alcançou em várias instâncias de decisão.

- b) Como tem sido feito em vários países, recomenda-se que haja estímulos a projetos de maior ambição e audácia. Tais projetos devem ser avaliados por procedimentos especiais e muito cuidadosos.

IV – COLABORAÇÕES DE FACHADA E ÉTICA CIENTÍFICA

A excessiva ênfase que se deu a indicadores quantitativos de mérito científico gerou algumas mazelas que temos de sanar. Uma delas é a prática de colaborações científicas pelo menos em parte artificiais, cujo propósito é inflar os indicadores dos parceiros. Julgamos que:

- a) É antiético assinar trabalhos científicos para os quais não tenhamos dado contribuição realmente científica.
- b) As citações têm o papel de orientar o leitor e dar suporte às conclusões de um trabalho científico. Citações por cortesia a amigos não cumprem nenhum desses propósitos.
- c) A utilização de um laboratório para a realização de uma pesquisa não justifica, por si só, a inclusão do seu “proprietário” na lista de autores.
- d) As agências de fomento têm de ficar atentas a plágios científicos que têm ocorrido no País e posicionar-se frente a eles.

Brasília, 21 de setembro de 2010

Adriano Oliveira de Sousa

Alaor Silvério Chaves

Claudio José Barros de Carvalho

Constantino Tsallis

Jaílson B. de Andrade

João Lucas Barbosa

Mauro Copelli Lopes de Souza

Paulo Murilo Castro de Oliveira

Thiago Rodrigues de Oliveira